

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2025**

DENOMINAÇÃO: LAR LUÍSA CANAVARRO

MORADA: Rua de S. Brás, 293

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Cedofeita

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4000-495



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto _____

ASSINATURAS:

LAR LUÍSA CANAVARRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 502050411
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	128 470,88	36 903,87
Investimentos financeiros	9.1	250,00	1 003,59
		128 720,88	37 907,46
Ativo corrente			
Inventários	5	2 712,48	2 756,99
Estado e outros entes públicos	9.6	7 419,26	465,75
Diferimentos	9.2	1 657,07	1 466,73
Outros ativos correntes	9.7	753,59	0,00
Caixa e depósitos bancários	9.3	422 939,24	371 544,68
		435 481,64	376 234,15
Total do ativo		564 202,52	414 141,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.4	2 167,97	2 167,97
Resultados transitados	9.4	358 436,22	264 693,69
		360 604,19	266 861,66
Resultado líquido do período		129 984,77	93 742,53
Total dos fundos patrimoniais		490 588,96	360 604,19
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.5	1 748,97	2 668,21
Estado e outros entes públicos	9.6	7 326,11	7 067,39
Outros passivos correntes	9.7	64 538,48	43 801,82
		73 613,56	53 537,42
Total do passivo		73 613,56	53 537,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		564 202,52	414 141,61

A Direção

O Contabilista Certificado

LAR LUÍSA CANAVARRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte 502050411

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Subsídios, doações e legados à exploração	9.8	715 659,16	684 071,44
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-154 899,34	-156 790,65
Fornecimentos e serviços externos	9.9	-95 725,21	-111 224,06
Gastos com o pessoal	7	-323 245,00	-313 104,94
Outros rendimentos	9.10	591,71	447,19
Outros gastos	9.11	-411,60	-914,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		141 969,72	102 484,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-15 614,95	-11 080,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		126 354,77	91 403,43
Juros e rendimentos similares obtidos	9.12	3 630,00	2 339,10
Resultados antes de impostos		129 984,77	93 742,53
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		129 984,77	93 742,53

A Direção

O Contabilista Certificado

LAR LUÍSA CANAVARRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		-122 961,47	-122 796,40
Pagamentos ao pessoal		-217 323,32	-209 119,93
Caixa gerada pelas operações		-340 284,79	-331 916,33
Outros recebimentos/pagamentos		464 784,03	423 229,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		124 499,24	91 313,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-93 936,85	-2 140,20
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		3 630,00	2 339,10
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-90 306,85	198,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17 202,17	2 611,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		17 202,17	2 611,27
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		51 394,56	94 123,25
Caixa e seus equivalentes no início do período		371 544,68	277 421,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.3	422 939,24	371 544,68

A Direção

O Contabilista Certificado

LAR LUÍSA CANAVARRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 502050411

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	COMUNIDADE INSERÇÃO	PERÍODOS	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 / 7	-478 144,34	-478 144,34	-469 895,59
Resultado Bruto		-478 144,34	-478 144,34	-469 895,59
Subsídios, doações e legados à exploração		715 659,16	715 659,16	684 071,44
Outros Rendimentos	9.8 9.10/9.12	4 221,71	4 221,71	2 786,29
Gastos administrativos	4 / 9.9	-111 340,16	-111 340,16	-122 304,74
Outros Gastos	9.11	-411,60	-411,60	-914,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		129 984,77	129 984,77	93 742,53
Resultado antes de impostos		129 984,77	129 984,77	93 742,53
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		129 984,77	129 984,77	93 742,53

A Direção

O Contabilista Certificado



LAR LUÍSA CANAVARRO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ...	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Inventários	10
6	Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	11
7	Benefícios dos Empregados.....	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
9	Outras Informações	12
9.1	Investimentos Financeiros	12
9.2	Diferimentos	12
9.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
9.4	Fundos Patrimoniais	12
9.5	Fornecedores.....	13
9.6	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
9.7	Outros Ativos e Passivos Correntes	13
9.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	14
9.9	Fornecimentos e Serviços Externos	14
9.10	Outros Rendimentos	14
9.11	Outros Gastos.....	14
9.12	Resultados Financeiros	15
9.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
9.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

O Lar Luísa Canavarro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 75, III Série, com sede em R. de S. Brás, 293 – Porto.

Tem por objeto contribuir para a promoção social de todos os que dela necessitem. Rege-se pelos princípios cristãos em que assenta a Congregação e tem como objetivos específicos:

- Acolher mães solteiras com seus filhos, ou mulheres grávidas desinseridas do meio familiar e social;
- Proporcionar aos utentes as condições psicossociológicas para uma correta inserção familiar e social;
- Facultar ações de informação, formação e educação integral dos utentes;
- Proporcionar todas as ações possíveis que permitam o benefício do regime jurídico de proteção à maternidade;
- Assegurar aos utentes o apoio que lhes permitam o contacto com as famílias, escolas, profissão, comunidade geográfica, bem como todas as ações tendentes à reintegração social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos Correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Edifícios	30 855,86				30 855,86
Edificações Ligeiras	327 400,59	101 137,70			428 538,29
Equipamento Básico	150 685,47	5 373,72			156 059,19
Equipamento de Transporte	81 518,99				81 518,99
Equipamento Administrativo	31 719,70	670,54			32 390,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 157,40				1 157,40
Ativo Tangível Bruto	623 338,01	107 181,96	0,00	0,00	730 519,97
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	358 256,45	3 825,22			362 081,67
Equipamento Básico	137 286,19	5 051,70			142 337,89
Equipamento de Transporte	58 839,60	6 329,13			65 168,73
Equipamento Administrativo	30 894,50	408,90			31 303,40
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 157,40				1 157,40
Depreciações Acumuladas	586 434,14	15 614,95	0,00	0,00	602 049,09
Ativo Tangível Líquido	36 903,87	91 567,01	0,00	0,00	128 470,88

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2025	2024
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	2 712,48	2 756,99
Total	2 712,48	2 756,99

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	2 756,99	1 412,63
Compras	16 662,03	19 050,59
Doações	138 192,80	139 084,42
Saldo Final	2 712,48	2 756,99
Gastos do Período	154 899,34	156 790,65

6 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável			554 162,52			528 643,06
TOTAL		0,00	0,00	554 162,52	0,00	0,00	528 643,06

7 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2025 foi de "6".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 e 2025 foi, de 14.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações do Pessoal	263 903,42	251 865,06
Indemnizações	0,00	656,00
Encargos Sobre as Remunerações	56 203,95	53 824,07
Seguros de Acidentes Trabalho	2 949,63	2 679,81
Outros Gastos com Pessoal	188,00	4 080,00
Total	323 245,00	313 104,94

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos Noutras Empresas		
Cooperativa SocialShop	250,00	250,00
Outros Investimentos Financeiros		
FCT - Fundo Compensação do Trabalho (1)	0,00	753,59
Total	250,00	1 003,59

(1) O valor foi transferido para Outros Ativos Correntes (9.7), porque tem de ser resgatado até 31 de dezembro de 2026

9.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 657,07	1 466,73
Total	1 657,07	1 466,73

9.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	197,46	439,78
Depósitos à Ordem	332 741,78	211 104,90
Depósitos a Prazo	90 000,00	160 000,00
Total	422 939,24	371 544,68

9.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 167,97			2 167,97
Resultados Transitados	264 693,69	93 742,53		358 436,22
Total	266 861,66	93 742,53	0,00	360 604,19

9.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	1 748,97	2 668,21
Total	1 748,97	2 668,21

9.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IVA	7 419,26	465,75
Total	7 419,26	465,75
Passivo		
IRS	1 320,00	1 361,36
Segurança Social	6 006,11	5 706,03
Total	7 326,11	7 067,39

9.7 Outros Ativos e Passivos Correntes

As rubricas "Outros Ativos Correntes" e "Outros Passivos Correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
ATIVOS				
Investimentos financeiros - FCT (2)		753,59		0,00
Total	0,00	753,59	0,00	0,00
PASSIVOS				
Credores por Acréscimo de Gastos				
Férias e Subsídio Férias		45 752,43		41 797,25
Electricidade		931,59		897,51
Comunicação		185,62		215,16
Água		380,34		411,74
Outros		86,46		209,40
Penhora		0,00		270,76
Fornecedores de Investimentos		17 202,04		0,00
Total	0,00	64 538,48	0,00	43 801,82

(2) ver nota 9.1

9.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	554 162,52	528 643,06
Donativos	161 496,64	155 428,38
Total	715 659,16	684 071,44

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 6.

9.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços Especializados	46 344,37	52 093,01
Materiais	3 393,52	3 030,22
Energia e Fluidos	23 150,43	23 667,61
Deslocações e Estadas	625,35	675,96
Serviços Diversos	13 248,90	14 173,26
Encargos com Utentes	8 962,64	17 584,00
Total	95 725,21	111 224,06

9.10 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Restituição Impostos	591,71	447,19
Total	591,71	447,19

9.11 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	473,58
Quotizações	315,00	315,00
Outros	96,60	126,29
Total	411,60	914,87

9.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos	3 630,00	2 339,10
Total	3 630,00	2 339,10
Resultados Financeiros	3 630,00	2 339,10

9.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:
Comunidade de Inserção: 70

9.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 19 de Março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direção
